**TÍTULO: A TRANSIÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

*Autoria: Gabriela Pires Bortoleto[[1]](#footnote-1)*

*Maria Aparecida Guedes Monção[[2]](#footnote-2)*

*Trabalho financiado pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP*

 **EIXO TEMÁTICO:** VII – Políticas públicas para as crianças e com elas

**RESUMO**

Considerando a importância da interlocução entre a educação infantil e ensino fundamental, como uma das estratégias para a garantia dos direitos fundamentais das crianças nos contextos escolares, este projeto intenta compreender como se dá o processo de transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Os estudos da sociologia da infância serão a base teórica da pesquisa que será realizada por meio do levantamento bibliográfico em artigos publicados em revistas científicas, dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas apresentadas nas reuniões da Anped.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Ensino Fundamental, Transição

**INTRODUÇÃO**

O presente estudo busca compreender o processo de transição das crianças das instituições de Educação Infantil para o Ensino Fundamental. O interesse por essa pesquisa é fruto da minha experiência no estágio, no segundo semestre de 2018, junto às crianças de 5 anos, que no ano de 2019 foram transferidas para a escola de ensino fundamental. Na época vivenciei episódios que marcaram minha formação, ao observar as angústias das crianças em relação a troca de escola e as futuras mudanças que os aguardavam.

A interlocução com as crianças, levou-me a refletir sobre a importância da escuta desses sujeitos para garantir um processo de transição que respeite seus direitos e necessidades, considerando-as como atores sociais e competentes (Sarmento, 2009).

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças e, no Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representaram um importante mecanismo para reforçar e garantir os direitos sociais das crianças ao

Considerar os direitos fundamentais das crianças como norteadores das políticas públicas e das práticas cotidianas apoia-se na compreensão da criança como sujeito de direitos, capaz de participar desde a mais tenra idade de seu processo de formação, e da infância como uma construção social e histórica, reconhecendo as instituições de educação infantil como contexto promotor da socialização das crianças pequenas em espaços coletivos, em parceria com suas famílias. (Monção, 2013, p. 32)

Entretanto, apesar do marco legal, é preciso atentar para a trajetória da educação infantil, que foi marcada pela concepção de infância como etapa preparatória para a vida adulta, e a criança como um ser frágil. Nas instituições de educação infantil, tal concepção se expressa por meio de práticas pedagógicas alicerçadas no modelo escolar tradicional, em que a criança é pouco considerada. Nessa direção, Júlia Oliveira-Formosinho (2007, p. 13) diz:

[...] a persistência de um modo de fazer pedagógico que ignora os direitos das crianças a ser competente e a ter espaço de participação (o modo pedagógico transmissivo ou pedagogia transmissiva) persiste, não por falta de pensamento e propostas alternativas. De fato, a pedagogia da infância pode reclamar que tem uma herança rica e diversificada de pensar a criança como ser participante, e não como um ser em espera de participação. A persistência deve-se à regulação burocrática da escola que o autor anônimo do século XX, para usar a expressão de João Formosinho e Joaquim Machado, lentamente construiu.

Nessa direção, os estudos sobre a história da educação infantil brasileira, assinalam que durante a década de 1970, especialmente as creches, foram concebidas por uma visão assistencialista, que considerava o atendimento um favor a família e a criança, e adotava como prerrogativa a educação para a submissão (Kuhlmann Jr., 2000). Enquanto que na pré-escola, o foco era compensar as carências culturais e as defasagens das crianças de classe baixa, sem que houvesse uma crítica profunda sobre a estrutura dos problemas sociais (Kishimoto, 1990).

A partir da década de 1980, com a abertura política, houve pressão por parte das camadas populares e dos movimentos sociais e feministas, exigindo a ampliação do acesso à educação infantil. Diante das lutas, a população conquistou por meio da Constituição Federal (CF) de 1988,  o reconhecimento do direito de todas as crianças de 0 a 6 anos à educação, estabelecendo como dever do Estado “o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos” (BRASIL, 1988, art. 208, inciso IV); e como um direito de trabalhadoras e trabalhadores, na zona rural e urbana, “a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas” (BRASIL, 1988, art. 7, inciso XXV).

Contudo, foi apenas em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), que houve um vasto processo de mudanças nas instituições de educação infantil. Segundo o Artigo 29 da LDB, a Educação Infantil tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Com a nova LDB, a Educação Infantil, passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica, e as creches e pré-escolas são reconhecidas legalmente como instituições educativas.

A partir de 1996, uma nova etapa foi inaugurada para a educação das crianças de 0 a 6 anos, e o MEC assume a coordenação do processo de constituição de uma política pública nacional de Educação Infantil, contribuindo com a elaboração de diversos documentos de cunho diagnóstico e de diretrizes para consolidar a primeira etapa da educação básica. Destaca-se dentre os documentos publicados pelo MEC: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010); Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006); Indicadores da qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009); Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação (BRASIL, 2012).

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (DCNEI), fruto das contribuições da produção científica e dos movimentos sociais de educação infantil. A integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, é objeto do artigo 11 da DCNEI:

Art. 11. Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (BRASIL, 1996).

De acordo com Micarello (2009), é necessário reconhecer a especificidade do trabalho na Educação Infantil e a importância da continuidade entre as experiências que as crianças vivem nessa etapa da Educação Básica e aquelas que viverão no Ensino Fundamental.

Ao longo de seu processo de desenvolvimento, as crianças apresentam formas peculiares de se relacionar com o ambiente e com os outros e, portanto, necessidades e interesses também diferenciados. As intervenções pedagógicas, para alcançarem seus objetivos, precisam promover situações de aprendizagem compatíveis com esses interesses e necessidades. Portanto, não devem partir de uma perspectiva de antecipação de conteúdos com vistas a uma preparação a uma etapa posterior, visto que cada etapa tem seus próprios objetivos. (MICARELLO, 2009, p.4).

A maneira como se efetiva a transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, tem sido objeto de estudo por parte de pesquisadores, pode-se destacar os estudos de KRAMER, NUNES, CORSINO (2011) intitulado “[Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000100005&lang=pt) e a pesquisa de MOTTA (2011*)* “[De crianças a alunos: transformações sociais na passagem da educação infantil para o ensino fundamental](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000100010&lang=pt)”.Ambos reiteram a necessidade de pensar as transições e os desafios na organização dos sistemas de ensino, em termos de políticas, gestão pública, propostas curriculares e de formação de professores e profissionais que atuam nas instituições de educação infantil e ensino fundamental. Para além dessa ótica, as autoras problematizam a ação da cultura escolar sobre as culturas infantis, que transformam os agentes sociais de crianças em alunos.

A partir das considerações apresentadas, pode-se afirmar que o tema apresentado é relevante para a área, especialmente por buscar analisar a interlocução entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, instituições que historicamente constituíram-se sob bases distintas. A análise sobre o processo de transição dessas etapas do sistema de ensino evidencia um campo complexo que necessita ser analisado sob a ótica dos aspectos políticos, culturais, sociais e históricos que o circundam.

**OBJETIVO GERAL:**

* Realizar um levantamento bibliográfico sobre o processo de transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

* Identificar o conceito de transição adotado nos estudos acadêmicos e suas bases teóricas;
* Analisar quais as diretrizes expressas nos documentos oficiais sobre a relação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental nos processos de transição das crianças;

**METODOLOGIA**

A opção é pela pesquisa qualitativa, por meio do levantamento bibliográfico sobre o processo de transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental. A pesquisa será realizada nos acervos do catálogo de dissertações e teses da CAPES, na plataforma da Scielo e nos anais do GT 07 educação de criança de 0 a 6 anos das reuniões da ANPED.

Além do estudo bibliográfico será realizado análise dos documentos oficiais do MEC, com vistas a identificar como a temática da transição é orientada pelo Ministério da Educação.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 9 abr. 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível:<<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da qualidade na educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. 2 v. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990; [retificado em 27 set. 1990](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/RET/rlei-8069-90.pdf). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13684%3Aresolucoes-ceb>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1/99 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 abr. 1999. Seção 1, p. 18. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>>. Acesso em: 22 abr.2019.

KRAMER; Sônia; NUNES, Maria Fernanda R.; CORSINO, Patrícia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. ***Educação e Pesquisa***, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 69-85, jan. /abr. 2011.

[KUHLMANN, Jr. M. História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, mai/jun/jul/ago. 2000, n. 14, p. 5-18](http://www.ggte.unicamp.br/eam/mod/resource/view.php?id=208144)

MICARELLO, Hilda. Avaliação e transições na Educação Infantil (Texto para consulta pública). Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: abr. 2019.

MOTTA, Flávia. De crianças a alunos: transformações sociais na passagem da educação infantil para o ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 157-173, jan. /abr. 2011

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. *Crianças e miúdos:* perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: ASA, 2004. p. 1-22.
OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pedagogia (s) da infância: reconstruindo umas práxis da participação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. Pedagogia (s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 13-36.

1. *Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. E-mail: gabibortoleto@hotmail.com* [↑](#footnote-ref-1)
2. *Doutora em Educação, Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp, São Paulo. E-mail:* *maguedes@unicamp.br* [↑](#footnote-ref-2)